

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 44/XIII/ 2.ª SL

Em 12 de abril de 2017, pelas 10 horas e 45 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
- 2. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 428/XIII/2.ª (PCP) - Nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro (Lei da Nacionalidade);
Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS)**
- 3. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:**

Proposta de Lei n.º 58/XIII/2.ª (GOV) - Estabelece os princípios e as regras do intercâmbio transfronteiriço de informações relacionadas com a prática de infrações rodoviárias num Estado-Membro, e transpõe a Diretiva 2015/413/UE;

Proposta de Lei n.º 59/XIII/2.ª (GOV) - Adapta ao ordenamento jurídico interno as obrigações decorrentes da Decisão 2008/615/JAI, e da Decisão 2008/616/JAI que a executa, em sede de transmissão de dados do registo de veículos para efeitos de deteção e investigação de infrações de natureza penal;

Projeto de Lei n.º 305/XIII/2.ª (PSD) - Alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental;

Projeto de Lei n.º 373/XIII/2.ª (CDS-PP) - Altera o Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de Junho (Define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental), criando normas sobre dispensa de serviço dos bombeiros que desempenham funções na Administração Pública;

Projeto de Lei n.º 379/XIII/2.ª (BE) - Altera o Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental;

- 4. Fixação de redações finais de textos aprovados, designadamente:**

Do texto que procede à "Segunda alteração à Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, que cria o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização, primeira alteração à Lei n.º 37/2014, de 26 de junho, que estabelece um sistema alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais e sítios na Internet da Administração Pública denominado Chave Móvel Digital, e sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de maio, que aprova o regime legal da concessão e emissão de passaportes [Proposta de Lei n.º 22/XIII/1.ª (GOV)];

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 44/XIII/ 2.^a SL

Do texto que "Procede à primeira alteração à Lei n.º 22/2013, de 26 de fevereiro, que estabelece o estatuto do administrador judicial, permitindo aos administradores judiciais a consulta de várias bases de dados públicas [Proposta de Lei n.º 48/XIII/2.^a (GOV)]

Do texto que "Recomenda ao Governo que reforce as medidas para a prevenção da violência doméstica e a proteção e assistência às suas vítimas" [Projetos de Resolução n.ºs 658/XIII/2.^a-(CDS-PP)];

5. Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias, designadamente:

COM (2016) 719 final - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho que avalia o impacto na prevenção do tráfico de seres humanos do direito nacional em vigor que criminaliza a utilização de serviços que são objeto da exploração do tráfico de seres humanos, em conformidade com o artigo 23.º, n.º 2, da Diretiva 2011/36/EU;

COM (2016) 722 final - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho que avalia em que medida os Estados-Membros tomaram as disposições necessárias para dar cumprimento à Diretiva 2011/36/UE relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, em conformidade com o artigo 23.º, n.º 1;

Relatora: Deputada Elza Pais (PS)

COM (2016) 798 – Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que adapta ao artigo 290.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia uma série de atos jurídicos no domínio da justiça que preveem o recurso ao procedimento de regulação com controlo;

COM (2016) 799 – Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que adapta uma série de atos jurídicos que preveem o recurso ao procedimento de regulação com controlo aos artigos 290.º e 291.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

Relator: Deputado José Manuel Pureza (BE)

6. Admissão e distribuição da petição n.º 285/XIII/2.^a - Solicitam a atribuição de um subsídio de risco aos profissionais da Polícia de Segurança Pública (PSP);
7. Apreciação e votação de relatórios finais de todas as petições cujo prazo de apreciação se encontra ultrapassado;
8. Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;
9. Apreciação e votação das atas n.ºs 34 a 42/XIII/2.^a (correspondentes às reuniões de 1 a 29 de março de 2017);
10. Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Senhor Vice-Presidente, Deputado José Silvano (PSD), procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 44/XIII/ 2.^a SL

PROPOSTAS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
PPL 64/XIII/2.^a (GOV)	Regulamenta a identificação judiciária lofoscópica e fotográfica	Deputado Fernando Negrão (PSD)
PPL 68/XIII/2.^a (GOV)	Altera o Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.	Competente a 7.^a Comissão, em conexão com a 1.^a.

O segundo ponto da ordem do dia, que consistia na apreciação e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 428/XIII/2.^a \(PCP\)](#) - Nona alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro (Lei da Nacionalidade), foi adiado para a reunião da semana seguinte, por não se encontrar presente o respetivo relator, Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS).

Passou-se, de imediato, ao sexto ponto da ordem do dia, tendo sido admitida a [Petição n.º 285/XIII/2.^a](#) - Solicitam a atribuição de um subsídio de risco aos profissionais da Polícia de Segurança Pública (PSP), e designada relatora a Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD).

Seguidamente, procedeu-se à apreciação dos relatórios sobre duas iniciativas europeias - COM (2016) 719 final - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho que avalia o impacto na prevenção do tráfico de seres humanos do direito nacional em vigor que criminaliza a utilização de serviços que são objeto da exploração do tráfico de seres humanos, em conformidade com o artigo 23.º, n.º 2, da Diretiva 2011/36/EU; e COM (2016) 722 final - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho que avalia em que medida os Estados-Membros tomaram as disposições necessárias para dar cumprimento à Diretiva 2011/36/UE relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, em conformidade com o artigo 23.º, n.º 1 -, que foram apresentados conjuntamente pela respetiva relatora, a Senhora Deputada Elza Pais (PS). Após a intervenção do Senhor Deputado Fernando



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 44/XIII/ 2.ª SL

Negrão (PSD), submetidos a votação, os relatórios foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Foram, ainda, apreciados os relatórios sobre a COM (2016) 798 – Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que adapta ao artigo 290.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia uma série de atos jurídicos no domínio da justiça que preveem o recurso ao procedimento de regulação com controlo, e a COM (2016) 799 – Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que adapta uma série de atos jurídicos que preveem o recurso ao procedimento de regulação com controlo aos artigos 290.º e 291.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, que foram apresentados conjuntamente pelo respetivo relator, o Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE) e, após uma curta intervenção do Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD), foram aprovados por unanimidade, na ausência do PEV.

Retomando o terceiro ponto da ordem do dia, com a concordância dos Grupos Parlamentares presentes, procedeu-se, de novo, ao adiamento da discussão e votação na especialidade das propostas de lei n.ºs [58/XIII/2.ª \(GOV\)](#) - Estabelece os princípios e as regras do intercâmbio transfronteiriço de informações relacionadas com a prática de infrações rodoviárias num Estado-Membro, e transpõe a Diretiva 2015/413/EU, e [59/XIII/2.ª \(GOV\)](#) - Adapta ao ordenamento jurídico interno as obrigações decorrentes da Decisão 2008/615/JAI, e da Decisão 2008/616/JAI que a executa, em sede de transmissão de dados do registo de veículos para efeitos de deteção e investigação de infrações de natureza penal, uma vez que Ordem dos Advogados comunicou que enviaria os pareceres solicitados sobre estas duas iniciativas no prazo de 10 dias.

Procedeu-se, ainda, ao adiamento para a reunião da semana seguinte da discussão e votação na especialidade dos projetos de lei n.ºs [305/XIII/2.ª \(PSD\)](#) - Alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental; [373/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#) - Altera o Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de Junho (Define o regime jurídico aplicável aos

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 44/XIII/ 2.ª SL

bombeiros portugueses no território continental), criando normas sobre dispensa de serviço dos bombeiros que desempenham funções na Administração Pública; e [379/XIII/2.ª \(BE\)](#) - Altera o Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental, tendo usado da palavra o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) e a Senhora Deputada Sandra Cunha (BE), que justificaram o pedido de adiamento no facto de estar a ser feita uma tentativa de apresentação de um texto comum pelos proponentes dos três projetos de lei dada a similitude do sentido das alterações propostas. O Senhor Deputado António Filipe (PCP) chamou ainda a atenção dos proponentes para duas questões, uma relativa à proposta de aditamento de um n.º 3 ao artigo 26.º-A, apresentada pelo Grupo Parlamentar do BE, e outra que se prendia com a diferenciação entre administração indireta e administração autónoma do Estado.

No quarto ponto da ordem de trabalhos, após ter sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, foram fixadas as redações finais dos seguintes textos, sem votos contra, na ausência do PEV:

- Do texto que procede à “Segunda alteração à Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, que cria o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização, primeira alteração à Lei n.º 37/2014, de 26 de junho, que estabelece um sistema alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais e sítios na Internet da Administração Pública denominado Chave Móvel Digital, e sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de maio, que aprova o regime legal da concessão e emissão de passaportes” [[Proposta de Lei n.º 22/XIII/1.ª \(GOV\)](#)], com aceitação, por unanimidade dos presentes, das sugestões de redação constantes da Informação n.º 79/DAPLEN/2017, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa, com exceção da prevista para o artigo 41.º e com a aprovação de uma adicional para o artigo 61.º-A (constante do texto e da republicação);

- Do texto que “Procede à primeira alteração à Lei n.º 22/2013, de 26 de fevereiro, que estabelece o estatuto do administrador judicial, permitindo aos administradores judiciais

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 44/XIII/ 2.ª SL

a consulta de várias bases de dados públicas [[Proposta de Lei n.º 48/XIII/2.ª \(GOV\)](#)], com aceitação, por unanimidade dos presentes, das sugestões de redação constantes da Informação n.º 66/DAPLEN/2017, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa;

- Do texto que "Recomenda ao Governo que reforce as medidas para a prevenção da violência doméstica e a proteção e assistência às suas vítimas" [Projetos de Resolução n.ºs [658/XIII/2.ª- \(CDS-PP\)](#), [700/XIII/2.ª- \(PS\)](#), [705/XIII/2.ª- \(PAN\)](#), [710/XIII/2.ª- \(BE\)](#) e [714/XIII/2.ª- \(PEV\)](#)], com aceitação, por unanimidade dos presentes, das sugestões de redação constantes da Informação n.º 56/DAPLEN/2017, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

No oitavo ponto da ordem do dia, após a intervenção do Senhor Deputado Luís Marques Guedes, Presidente da Subcomissão de Ética, procedeu-se à ratificação da votação de sete pareceres da Subcomissão de Ética sobre a existência de eventual incompatibilidade ou impedimento no exercício do mandato parlamentar por parte dos Senhores Deputados Luís Montenegro (PSD), Paulo Rios de Oliveira (PSD), Virgílio Macedo (PSD), Luís Moreira Testa (PS), Renato Sampaio (PS), José Rui Alves Duarte Cruz (PS) e Ricardo Bexiga (PS). No final, o Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD), tendo todos os Grupos Parlamentares presentes confirmado o sentido de voto expresso na Subcomissão.

No final, o Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PS) solicitou autorização dos Grupos Parlamentares para divulgar o teor dos pareceres aprovados junto do jornalista cuja interpelação desencadeou essa análise, solicitação que não mereceu a oposição dos presentes.

No nono ponto, o Senhor Presidente submeteu a votação as atas n.ºs 34 a 42/XIII/2.ª, correspondentes às reuniões de 1 a 29 de março de 2017, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 44/XIII/ 2.ª SL

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas e 10 minutos.

Palácio de São Bento, 12 de abril de 2017

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Bacelar de Vasconcelos)

Nota: Aprovada a 17-05-2017



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 44/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
Carlos Abreu Amorim
Elza Pais
Fernando Anastácio
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Isabel Alves Moreira
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Sandra Cunha
Sara Madruga da Costa
Telmo Correia
Teresa Morais
Vânia Dias da Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Andreia Neto
António Gameiro
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Peixoto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Jamila Madeira
José Luís Ferreira
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Delgado Alves